

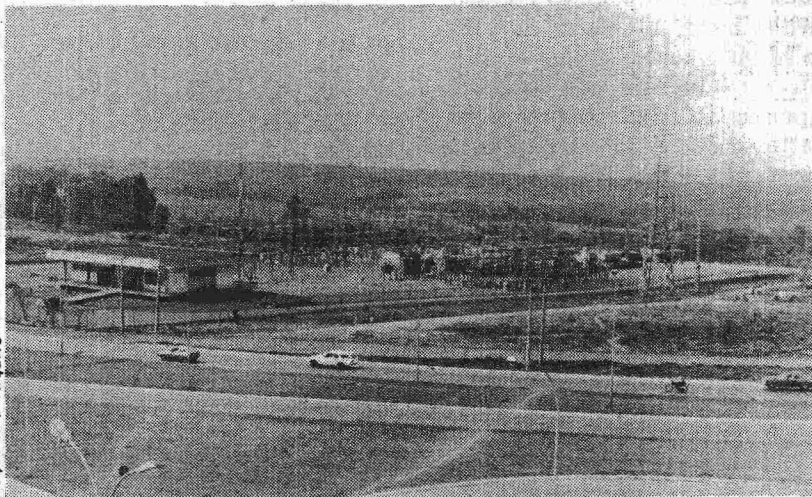
Um plano para os próximos 20 anos

A ocupação de novas áreas previstas no Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT) é a grande oportunidade do governo tomar as rédeas do destino espacial do Distrito Federal com vistas aos próximos 20 anos, coisa que as grandes cidades brasileiras só conseguem fazer às custas de vultosos investimentos.

A opinião é de um dos técnicos responsáveis pelo estudo — o professor de Urbanismo da UnB, Gunter Roland K. Spiller para quem “não há dúvida de que Brasília, inevitavelmente, há de se constituir numa área metropolitana habitada por quatro, cinco milhões de pessoas”.

A impossibilidade de deter este crescimento populacional — conclusão a que chega lembrando a própria estrutura capitalista em que Brasília se insere e ainda considerando que o setor terciário exerce aqui papel semelhante ao que o setor secundário tem em outras capitais — leva Gunter Spiller a lamentar que o PEOT tenha sido elaborado como uma alternativa à qual se recorreria no caso de insucesso do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB). Para ele, as leis implícitas no sistema capitalista não permitem que o programa da SUDECO ou mesmo o Programa das Cidades de Porte Médio, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, resolvam o problema do grande inchaço das cidades “e se alguma função se poderia atribuir a ambos, seria a de retardar este processo, de forma a possibilitar um crescimento planejado”.

Rogério Sá / Arquivo



Nesta região, cidades e novo lago

Mas se o PERGEB, no seu entendimento, tem conseguido reduzir os fluxos migratórios para o DF, “é importante que o governo local dê continuidade à implementação do PEOT, inclusive de forma mais institucionalizada”. Para isto Gunter Spiller sugere a criação de um instituto vinculado a uma das secretarias já existentes, “que assuma realmente o acompanhamento do crescimento populacional do Distrito Federal”.

A proposta do PEOT — conforme argumenta — tem um caráter realista, “embora a própria exposição de motivos que o gerou — e que tem como pontos básicos a preservação de Brasília como Capital da República e sua função como pólo indutor do desenvolvimento da região — me deixe uma impressão subjetiva de contradição, uma vez que por um lado se quer que Brasília seja ilha, e por outro fator de desenvolvimento”.

Através da construção de novas cidades-satélites, Gunter Spiller acredita que se conseguirá direcionar a especulação imobiliária de que é alvo o Plano Piloto. “Considero utópico imaginar que se possa, nas atuais circunstâncias, evitar as elevações de gabarito e mesmo a criação de projeções — fantasmas, que resultam de pressões do mercado imobiliário sobre o governo. Mas acredito que, como planejadores, temos que ter sensibilidade para organizar as regras de um novo jogo e aí então conseguiremos liberar o Plano Piloto destas pressões”.

Para Gunter Spiller, por outro lado, “se esta nova área metropolitana surgir, ela poderá assumir o papel de agente de desenvolvimento da região geoeconômica, tendo-se então, inevitavelmente, que pensar em outras fontes de emprego para o DF que não seria necessariamente as indústrias pesadas, mas inclusive estas, por que não?”